

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Divisão de Licitações e Contratos

Carta n.º 159/2021 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 23 de setembro de 2021

Aos

Licitantes

**Ref.: Concorrência nº 001/2021 - DECOMP/DA.**

**Processo nº 00110-00003139/2020-83**

**Objeto:** Contratação de empresa para execução do reservatório de detenção 10 e adequação dos projetos e execução do reservatório de detenção 11, localizados no lote 05 do Setor Habitacional Bernardo Sayão (SHBS), Região Administrativa RA-X – Brasília, próximo a ponte que liga o Guará (QE 38) ao SMPW conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas nos projetos, a serem fornecidos pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (SODF) e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Prezados(as) Senhores(as),

Comunicamos aos interessados na concorrência em referência, que a empresa HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA (Sei nº 69822647), apresentou Recurso Administrativo, tempestivamente.

Em razão do Recurso ora apresentado, abre-se o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentação de eventuais contrarrazões.

Informamos que a documentação encontra-se à disposição dos interessados no portal da NOVACAP ([www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)) e, ainda, na Divisão de Licitações e Contratos – Dilic/Decomp/DA, localizada no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco “A”.

Para mais informações, gentileza entrar em contato pelo telefone (0xx61) 3403-2321 ou 3403-2322.

Atenciosamente,

Ladércio Brito Santos Filho

Chefe do DECOMP/DA.

## NOVACAP



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 23/09/2021, às 08:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **70546232** código CRC= **9017B87A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

00110-00003139/2020-83

Doc. SEI/GDF 70546232

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL.

Ref: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021**

Processo n.º 00110-00003139/2020-83

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA**, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, com esteio do item 9 do edital epigrafado, subitem 9.2 – Observação 2 e no art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do ato que proclamou vencedora a empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI, pelos motivos de fato e de direito que passa a expender:

#### **BREVE SINOPSE.**

Dedica-se o presente recurso administrativo a demonstrar que a empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI teve sua proposta saneada corrigida de forma diferente do que determina o edital epigrafado, sendo equivocada a sua proclamação como vencedora.

A Comissão Permanente de Licitação e a Comissão Interna de Apoio Técnico da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal analisou as propostas das licitantes e emitiu o Relatório Técnico – SODF/GAB/CPL/CIAT onde, na análise da proposta da TVA, apresenta a divergência entre o custo unitário da planilha orçamentária e o custo unitário da CPU do mesmo serviço, qual seja, da COT.29-ENSAIO DE COLAPSIVIDADE

Nesse sentido, a decisão de proclamar a empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI vencedora não deve prosperar como demonstraremos a seguir.

#### **DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS ESTABELECIDAS NO EDITAL**

*“A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe lembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão “estritamente vinculada”. Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.*

*A vinculação se traduz numa importante garantia para a sociedade de que não haverá favorecimentos ou direcionamentos nas aquisições feitas pela Administração Pública. Esclarece-se também que esse princípio está ligado ao princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como na Lei Federal de Processo Administrativo. Denota-se, assim, que o princípio da legalidade irradia seus efeitos em*

HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA

Sia Trecho 17 Lote 1580 – Guará – Brasília – DF – CEP 71200-260

Fones (61) 4102-5236 / 4102-5217 / 4102-5317

[hytec@hytecterraplenagem.com.br](mailto:hytec@hytecterraplenagem.com.br)

- [cristovao@hytecterraplenagem.com.br](mailto:cristovao@hytecterraplenagem.com.br)



*todos os atos da Administração, de modo que não existe interesse público à margem da lei.*

*Nesse toar, o Tribunal de Contas da União – TCU já orientou, por meio do Informativo no 273, que “a classificação de proposta com preço superior ao limite admitido no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não descaracterizando tal ilegalidade a alegação de urgência na contratação”.*

*Nota-se que propostas em desconformidade com o edital devem ser rechaçadas e desclassificadas de pronto, a fim de não macular as demais, que estejam em consonância com ele.” (Portal de Compras Públicas)*

*“Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)”*

*O STF (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão assim ementada:*

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

*O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:*

**ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA.** O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. **Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital;** esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), “a cópia autenticada da publicação no Diário

*Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.*

*O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288): "Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada" (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento".*

### DAS RAZÕES RECURSAIS.

### DA CORREÇÃO DA PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL.

A empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI apresentou, quando solicitada pela Comissão Permanente de Licitação, correção de sua Planilha de Preços, uma vez que foi identificado que o preço unitário do Item 8.3.2.18 - COT.29 - ENSAIO DE COLAPSIDADE apresentado na planilha orçamentária da proposta estava em discordância com a Composição de Preços Unitários do respectivo serviço.

A empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI procedeu a correção e enviou à Comissão Permanente de Licitação.

Porém procedeu à correção da Composição de Preços Unitário do serviço e não à correção da Planilha de Preços da Proposta, em total desacordo ao preconizado no edital.

Ora, ilustríssimo Presidente, o edital que rege o presente certame é claro ao determinar que, havendo discordância entre os preços unitários apresentados na planilha e os da composição de preços unitários, a planilha de preços deverá ser corrigida utilizando-se os preços definidos nas composições de preços. Vejamos a Observação 2 do subitem 9.2 do Edital:

9.2 O preço total será o somatório dos resultados parciais de cada item, obtidos da multiplicação dos quantitativos estimados fornecidos pela NOVACAP, pelos preços unitários ofertados pelos licitantes.

Observação:

1 - No caso de discordância entre os preços unitários e os totais, resultantes de cada item prevalecerá o primeiro e, ocorrendo divergência entre valores expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último, fazendo-se as correções correspondentes.

2 - No caso de discordância entre os preços unitários apresentados na planilha e os da composição de preços unitários prevalecerão os últimos.

Desta forma, a correção que a empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI deveria proceder, para se manter em consonância com as premissas do edital, era alterar o preço unitário da Planilha Orçamentária, substituindo-o pelo preço definido na Composição de Preços unitários por ela apresentada, ou seja, substituir o valor de R\$ 360,79 constante na planilha orçamentária pelo valor de R\$ 3.607,90 da sua Composição de Preços:

HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA

Sia Trecho 17 Lote 1580—Guará—Brasília—DF—CEP 71200-260

Fones (61) 4102-5236 / 4102-5217 / 4102-5317

[hytec@hytecterraplenagem.com.br](mailto:hytec@hytecterraplenagem.com.br)

- [crisovao@hytecterraplenagem.com.br](mailto:crisovao@hytecterraplenagem.com.br)

COT.29 - ENSAIO DE COLAPSIVIDADE	
VALOR	3.607,90

TVA CONSTRUÇÃO EIRELI  
Thiago da Valle Araújo  
Diretor

3.607,90

Ao realizar a correção que determina o item 9.2 do edital, o valor total do Item 8.3.2.18 - COT.29 - ENSAIO DE COLAPSIVIDADE na planilha orçamentária passará para R\$ 36.079,00 uma diferença a maior de R\$ 32.469,00, ou seja, ao valor total da proposta da TVA CONSTRUÇÃO EIRELI, deverá ser acrescido, após esta correção, o valor de R\$ 32.471,10, totalizando R\$ 4.634.173,28, valor este que a coloca em 2º lugar na classificação final e não em 1º!

#### DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA TVA CONSTRUÇÃO EIRELI.

Ilustríssimo Presidente, há outra regra editalícia desrespeitada pela empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI:

##### **9. DO JULGAMENTO**

9.1 O Julgamento será procedido de acordo com o tipo de licitação menor preço total, previsto no Art. 45, § 1o, Inciso I, da Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo julgada vencedora a firma que apresentar o menor preço total.

9.1.1. A apuração dos quantitativos, com base nos projetos EXECUTIVOS fornecidos pela SODF, é de responsabilidade das licitantes, devendo os custos advindos de eventuais diferenças por ela apontadas serem considerados na sua proposta.

9.1.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou totais simbólicos irrisórios e/ou abusivos (art.44, § 3º da Lei nº 8.666/93).

9.1.3. As composições de preços unitários deverão expressar detalhadamente todos os insumos para sua formação – materiais, equipamentos, mão de obra, com a discriminação dos seus coeficientes de consumo, unidades, preços unitários e totais.

9.1.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários que ultrapassem o valor unitário da planilha estimativa da SODF.

O subitem 9.1.4 determina que serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários que ultrapassem o valor unitário da planilha estimativa da SODF.

Esta regra é descumprida pela TVA CONSTRUÇÃO EIRELI nos seguintes momentos:

- 1) Ao se proceder a correção do valor do serviço relativo ao Item 8.3.2.18 - COT.29 - ENSAIO DE COLAPSIVIDADE para o valor apresentado na Composição de Preços Unitários da empresa

HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA

Sia Trecho 17 Lote 1580 – Guará – Brasília – DF – CEP 71200-260

Fones (61) 4102-5236 / 4102-5217 / 4102-5317

[hytec@hytecterraplenagem.com.br](mailto:hytec@hytecterraplenagem.com.br)

- [cristovao@hytecterraplenagem.com.br](mailto:cristovao@hytecterraplenagem.com.br)

TVA CONSTRUÇÃO EIRELI, ou seja R\$ 3.607,90, este será maior que o previsto na planilha estimativa da SODF que é de apenas R\$ 360,79, logo, a Proposta de Preços da empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI deverá ser DESCLASSIFICADA e nem mesmo prosseguir no certame;

- 2) O Valor unitário proposto pela TVA CONSTRUÇÃO EIRELI para o item 5.1.1 - DEMOLIÇÃO MANUAL DE MEIO FIO (15X30X100) CM; ORIGEM; SICRO 1600447 foi de **R\$ 9,57**, superior ao valor previsto na planilha estimativa da SODF que é de apenas R\$ 8,44, logo, a Proposta de Preços da empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI deverá ser DESCLASSIFICADA e nem mesmo prosseguir no certame.

## DOS PEDIDOS.

Em face do exposto, requer-se seja dado **TOTAL PROVIMENTO** ao Recurso, no sentido de **DESCCLASSIFICAR** a proposta da empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI, eis que não foi respeitado as regras estabelecidas no Edital e **DECLARAR VENCEDORA** a empresa **HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÕES LTDA** por ter apresentado a melhor proposta entre todas as licitantes.

Na remotíssima hipótese de não acolhimento do presente recurso, requer a recorrente que a decisão seja encaminhada à Autoridade Superior.

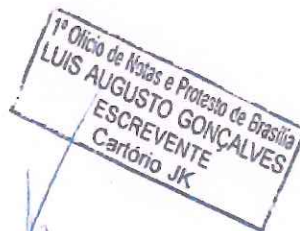
Nestes termos,  
Pede Deferimento.

Brasília-DF, 13 de setembro de 2021.



**HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA**  
Cristóvão Gomes Pereira  
RT e PROCURADOR  
RG 698.627 – SSP – DF  
CPF 238.493.391-49

CARTÓRIO JK



LIVRO: 6963-P  
FOLHA: 050  
PROT: 01640466

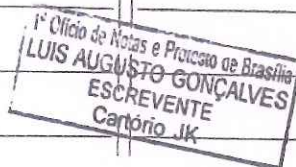
PROCURAÇÃO bastante que faz HYTEC - CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA na forma abaixo:

SAIBAM quantos este público instrumento de **PROCURAÇÃO** virem que aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte (05/06/2020), nesta cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, perante mim Escrevente, compareceu como outorgante, **HYTEC - CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 02.141.279/0001-59, estabelecida no Setor SIA TR 17, Rua Via IA 04, Lote 1580 SN, Prédio A, na cidade de Guará, Estado do Distrito Federal; neste ato representada por seu(s) sócio(s) **LUCIANO LOBÃO**, brasileiro, declara-se casado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00000118902 DETRAN/DF, na qual consta a CI nº 1.112.486 SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob nº 516.670.611-00, endereço eletrônico não informado, filho de Edson Lobao e Abdenice Lobao, residente e domiciliado na SHIS QI 15, Chácara 15, Casa "B", Lago Sul, nesta Capital; reconhecida e identificada como a própria, de que trato, cuja capacidade jurídica reconheço e dou fé. E, por ela me foi dito que, por este instrumento público nomeia e constitui seu bastante procurador, **CRISTOVÃO GOMES PEREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 698.627 SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob nº 238.493.391-49, endereço eletrônico, filho de Joaquim Gomes de Araujo e Maria Pereira de Araujo, residente e domiciliado na SHA Conjunto 06, Casa 18-A, Casa 14, Amiqueiras, nesta Capital; (dados fornecidos por declaração) representar a outorgante perante os órgãos da Administração Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, podendo participar de concorrências e licitações, assinar contratos em nome da outorgante e respectivos termos de aditamento, podendo ainda assinar cartas, ofícios, requerimentos, juntar e desentranhar documentos, pagar taxas, alegar, prestar provas, concordar ou não com os mesmos, assinar e retificar contratos de quaisquer natureza, enfim praticar, todos- os demais atos necessários- ao bom e fiel desempenho do presente mandato, desde que permitidos em lei e de conformidade com o contrato social da empresa outorgante. O prazo de validade deste instrumento público de procuração é de 36 (trinta e seis) meses, contados da presente data. **FEITA SOB MINUTA**. O(s) nome(s) e dados do procurador e os elementos relativos ao(s) objeto(s) do presente instrumento foi(ram) fornecido(s) e conferido(s) pela outorgante, que por eles se responsabiliza(m). Dispensadas as testemunhas nos termos da Lei nº 10.406 de 10/01/2002. Guia de custas nº 80469045, paga no valor de R\$ 43,25, referente a Tabela "F" Item IV, Decreto Lei 115/67 e Resolução nº 01 de 19.12.2019 publicada 23.12.2019 - TJDF. E, de como assim o disse(ram), do que dou fé, me pediu(ram) e lhe(s) lavrei a presente, que feita, lida em voz alta ao(s) outorgante(s), achada conforme, outorgou(ram), aceitou(ram) e assina(m). Dou fé. Eu, **LUIS AUGUSTO GONÇALVES, ESCRIVENTE NOTARIAL**, a lavrei, li, conferi os documentos e encerro colhendo a(s) assinatura(s). **Virgílio Reis Sarmento**, Tabelião Substituto, a subscrevo. (a.a.), **LUCIANO LOBÃO**. Nada mais. Traslada em seguida. Eu, \_\_\_\_\_, a subscrevo, dou fé e assino em público e raso.



Selo: TJDF20200010603630GXOG  
Consulte o selo em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE

1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA

(61) 3799-1515 • [cartoriojk@cartoriojk.com.br](http://cartoriojk@cartoriojk.com.br)

CRS Quadra 505 - Bloco C - LOTES 1, 2 e 3 - Brasília - DF - CEP 70350-530

[www.cartoriojk.com.br](http://www.cartoriojk.com.br) | Tabelião MC ARTHUR DI ANDRADE CAMARGO

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**DF**

NOME  
CRISTOVÃO GOMES FERREIRA

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF  
698627 SSP DF

CPF  
238.493.391-49

DATA NASCIMENTO  
24/10/1963

FILIAÇÃO  
JOAQUIM GOMES DE ARAÚJO  
MARIA FERREIRA DE ARAÚJO

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
03143887207

VALIDADE  
22/09/2023

1ª HABILITAÇÃO  
27/02/1982

OBSERVAÇÕES  
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
BRASILIA, DF

DATA EMISSÃO  
25/09/2018

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

50555060661  
DF756284562

**DISTRITO FEDERAL**

**DENATRAN** **CONTRAN**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1689628537

### QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

**SERPRO / DENATRAN**